a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 261 a 265 dos autos.

Decisão: I. Aprovar com ressalvas as contas do Fundo Municipal de Saúde de Chaves, exercício 2013, de responsabilidade da Sra. Wanessa Silva de Oliveira (01/01 a 30/04/2013) em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação, no valor de R\$ 2.399.359,09 (dois milhões, trezentos e noventa e nove mil, trezentos e cinquenta e nove reais e nove centavos), pelas despesas ordenadas, após a comprovação de recolhimento dos seguintes valores a título de multa:

. R\$ 500,00 (quinhentos reais), pela remessa intempestiva da documentação, com fundamento no Art. 284, I, do Regimento Interno/TCM/PA;

. R\$ 500,00 (quinhentos reais) pela não apropriação de encargos patronais, com fundamento no Art. 282, I, "b".

II. Aprovar com ressalvas as contas do Fundo Municipal de Saúde de Chaves, exercício 2013, de responsabilidade da Sra. Rosilete Dias Maciel (01/05 a 31/12/2013) em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação, no valor de R\$ 7.215.148,46 (sete milhões, duzentos e quinze mil, cento e quarenta e oito reais e quarenta e seis centavos), pelas despesas ordenadas, após a comprovação de recolhimento dos seguintes valores a título de multa:

. R\$ 500,00 (quinhentos reais), pela remessa intempestiva da documentação, com fundamento no Art. 284, I, do Regimento Interno/TCM/PA;

. R\$ 500,00 (quinhentos reais), pela não apropriação de encargos patronais, com fundamento no Art. 282, I, "b", do RI/TCM/PA;

. R\$ 500,00 (quinhentos reais), pela remessa de processo licitatório de forma incompleta, com fundamento no Art. 282, II, "b", do RI/TCM/PA.

III. Ressaltar que o não pagamento dos referidos valores, incorrerá em aplicação das medidas previstas na Resolução Administrativa nº 14/2016/TCM/PA, de 02/08/2016.

**ACÓRDÃO Nº 29.761, DE 13/12/2016
PROCESSO Nº 784102012-00**

Origem: Fundo Municipal de Educação de São João do Araguaia
Assunto: Prestação de Contas de 2012

Responsável: Lindalva Ferreira da Silva

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas Fundo Municipal de Educação de São João do Araguaia. Exercício de 2012. Pela aprovação com ressalvas, recolhimento, multas. Expedição do Alvará de Quitação.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 326 a 329 dos autos.

Decisão: Aprovar com ressalvas as contas do Fundo Municipal de Educação de São João do Araguaia, exercício de 2012, de responsabilidade da Sra. Lindalva Ferreira da Silva em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação, no valor de R\$ 16.084.557,98 (dezesseis milhões, oitenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e noventa e oito centavos) pelas despesas ordenadas, somente após a comprovação do recolhimento, no prazo de trinta dias, ao Fundo de Reaparelhamento do TCM/PA/FUNREAP, dos seguintes valores, a título de multa:

. R\$ 500,00 (quinhentos reais), fundamentada no Art. 284, I, RI/TCM/PA, pela remessa intempestiva da Prestação de Contas 1º quadrimestre;

. R\$ 1.000,00 (um mil reais), com fundamento no mesmo dispositivo regimental, ante ao atraso na remessa dos Processos licitatórios e com falhas formais;

. R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com fundamento no Art. 282, I, "b", pela não apropriação dos encargos patronais em descumprimento do Art. 50, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Art. 35, da Lei nº 4.320/64.

Ressaltar que o não pagamento dos referidos valores, incorrerá em aplicação das medidas previstas na Resolução Administrativa nº 14/2016/TCM/PA, de 02/08/2016.

**ACÓRDÃO Nº 29.785, DE 15/12/2016
PROCESSO Nº 650022011-00**

Origem: Câmara Municipal de Salinópolis

Assunto: Prestação de Contas de 2011

Responsável: Márcio Vanderson Soares da Cruz

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Salinópolis Exercício de 2011. Pela regularidade das contas e expedição de Alvará de Quitação.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 109 a 112 dos autos.

Decisão: I. Aprovar as Contas da Câmara Municipal de Salinópolis, exercício 2011, de responsabilidade do Sr. Márcio Vanderson Soares da Cruz;

II. Expedir o Alvará de Quitação no valor de R\$ 1.483.393,37 (um milhão, quatrocentos e oitenta e três mil, trezentos e noventa e três reais e trinta e sete centavos) em favor do Sr. Márcio Vanderson Soares da Cruz pelas despesas ordenadas.

**ACÓRDÃO Nº 29.789, DE 15/12/2016
PROCESSO Nº 084012011-00**

Origem: Fundo Municipal de Assistência Social de Ananindeua
Assunto: Prestação de Contas de 2011

Responsável: Verena Fadul dos Santos Arruda

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas. FMAS de Ananindeua. Exercício de 2011. Pela não aprovação. Cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 251 a 253 dos autos.

Decisão: I. Não aprovar as contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Ananindeua, exercício de 2011, de responsabilidade da Sra. Verena Fadul dos Santos Arruda;

II. Envio de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual para as providências cabíveis.

**ACÓRDÃO Nº 29.790, DE 15/12/2016
PROCESSO Nº 652162011-00**

Origem: FUNDEB de Salinópolis

Assunto: Prestação de Contas de 2011

Responsável: Cleudenilce Nascimento Santos

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas do FUNDEB de Salinópolis, exercício de 2011. Pela não aprovação das contas, recolhimento, multa e cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 148 a 152 dos autos.

Decisão: I. Negar aprovação às contas do FUNDEB de Salinópolis, exercício de 2011, de responsabilidade da Sra. Cleudenilce Nascimento Santos, por estarem irregulares, nos termos do Art. 32, Inciso III, "c" e "d" da Lei Complementar Estadual nº 84/2012.

II. Recolher aos cofres públicos municipais, com fundamento no Art. 35, da Lei 84/2012, no prazo de 30 dias, devidamente atualizado, o valor de R\$ 3.496.019,36, (três milhões quatrocentos e noventa e seis mil, dezenove reais e trinta e seis centavos), referente ao lançamento da conta Agente Ordenador, e recolher ao Fundo de Reaparelhamento do TCM/PA/FUNREAP, no mesmo prazo, os seguintes valores a título de multa:

. R\$ 1.000,00 (um mil reais), com fundamento no Art. 282, I, "a", pelas contas julgadas irregulares;

. R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com fundamento no Art. 282, I, "b", pelo descumprimento do Art. 22, da Lei nº 11.494/2007 e no Art. 60, §5º do ADCT;

. R\$ 1.000,00 (um mil reais), fundamentada no Art. 282, II, "b", pela não remessa de contratos de admissão temporária e dos processos licitatórios realizados;

. R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com fundamento no Art. 282, I, "b", pelo descumprimento do Art. 37, Inciso XXI, da CF/88, c/c Art. 2º, da Lei 8.666/93.

III. Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

IV. Ressalta que o não pagamento dos referidos valores, incorrerá em aplicação das medidas previstas na Resolução Administrativa nº 14/2016/TCM/PA, de 02/08/2016.

**ACÓRDÃO Nº 29.796, DE 12/01/2017
PROCESSO Nº 353472005-00**

Origem: Fundo Municipal de Saúde de Irituia

Assunto: Prestação de Contas 2005

Interessados: Mario Ribeiro da Silva Júnior (01/01 a 31/10/2005) e Jefferson de Oliveira Lima (01/11 a 31/12/2005)

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde de Irituia. Exercício 2005. Mario Ribeiro da Silva Júnior (01/01 a 31/10/2005) e Jefferson de Oliveira Lima (01/11 a 31/12/2005). Pela não aprovação das contas e cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 278 e 283 dos autos.

Decisão: I. Não aprovar as contas do Fundo Municipal de Saúde de Irituia exercício 2005, de responsabilidade do Sr. Mario Ribeiro da Silva Júnior (01/01 a 31/10/2005) ante ao descumprimento do Art. 77, III, e § 3º, do ADCT, com alteração introduzida pela EC nº 29/2000 e do Sr. Jefferson de Oliveira Lima (01/11 a 31/12/2005, pelo descumprimento do mesmo dispositivo constitucional.

II. Remeter cópia dos autos ao Ministério Público Estadual para as providências cabíveis.

**ACÓRDÃO Nº 29.797, DE 12/01/2017
PROCESSO Nº 1144582010-00**

Origem: FUNDEB de Goianésia do Pará

Assunto: Prestação de Contas de 2010

Responsável: Itamar Cardoso do Nascimento

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas do FUNDEB de Goianésia do Pará, exercício de 2010. Pela não aprovação das contas, recolhimento e cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 123 a 126 dos autos.

Decisão: I. Não aprovar as contas do FUNDEB de Goianésia do Pará, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Itamar Cardoso do Nascimento, por estarem irregulares, nos termos do Art. 32, Inciso III, "c" e "d", da Lei Complementar Estadual nº 84/2012,

II. Recolher aos cofres públicos municipais, com fundamento no Art. 35, da Lei 84/2012, no prazo de 30 dias, devidamente atualizado, o valor de R\$ 7.692,23, (sete mil, seiscentos e noventa e dois reais e vinte e três centavos), referente ao lançamento da Conta Agente Ordenador.

III. Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

**ACÓRDÃO Nº 29.799, DE 12/01/2017
PROCESSO Nº 201500230-00 (130022003-00)**

Origem: Câmara Municipal de Barcarena

Assunto : Recurso Ordinário interposto contra a decisão deste Tribunal, objeto do Acórdão nº 25.814/2014/TCM, referente ao exercício de 2003

Interessado: Luiz da Costa Leão – (Ordenador)

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Recurso Ordinário. Câmara Municipal de Barcarena.

Exercício de 2003. Pelo conhecimento e não provimento do recurso, devendo ser mantida na íntegra a decisão recorrida. ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 976 a 982 dos autos.

Decisão: Conhecer do presente Recurso Ordinário e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo na íntegra a decisão emanada por meio do Acórdão nº 25.814/2014/TCM, que negou aprovação as contas da Câmara Municipal de Barcarena, referente ao exercício de 2003.

**ACÓRDÃO Nº 29.803, DE 10/11/2016
PROCESSO Nº 1090052008-00**

Origem: Fundo Municipal de Saúde de Aurora do Pará

Assunto: Tomada de Contas de 2008

Responsável : Maria de Nazaré Oliveira e Souza (01/01 a 30/04/2008), Telma Nivaldina Amaro Carvalho (01/05 a 07/05/2008) e Nelita Carla Cordovil dos Santos (08/05 a 31/12/2008)

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Tomada de Contas. Fundo Municipal de Saúde de Aurora do Pará. Exercício de 2008. Ordenadora Maria de Nazaré. Pela não aprovação das contas. Ordenadora Telma Nivaldina Amaro Carvalho Pela aprovação das contas e expedição do Alvará de Quitação. Ordenadora Nelita Carla Cordovil dos Santos. Pela não aprovação das contas, recolhimento, multa e cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 206 a 215 dos autos.

Decisão: I. Não Aprovar as Contas do Fundo Municipal de Saúde de Aurora do Pará exercício 2008, de responsabilidade da Sra. Maria de Nazaré Oliveira e Souza (01/01 a 30/04/2008), por estarem irregulares nos termos do Art. 32, III, "a", "c" e "d", da Lei 84/2012;

II. Aprovar as contas do Fundo Municipal de Saúde de Aurora do Pará prestadas pela Ordenadora Sra. Telma Nivaldina Amaro Carvalho (01/05 a 07/05/2008), em favor de quem deve ser expedido Alvará de Quitação no valor de R\$ 339.792,26